CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE: N° 1716/82
INTERESSADA : JACQUELINE LEITE ERGAS
ASSUNTO : BENEFÍCIOS DO DECRETO LEI 1044/69
RELATOR : CONS° LUÍS ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO
PARECER CEE : 1770/84 - CEEG - APROVADO 07/11/84

1. HISTÓRICO:

1.1.- A interessada requereu ao Conselho Estadual de Educação, por sua progenitora, os favores do Decreto-Lei 1044/69 que lhe foram legados pela 13ª D.E. com base em informações da direção do Colégio das Bandeiras.

O Conselho Estadual de Educação pelo Parecer n° 381/83, com base nas informações das autoridades administrativas, negou provimento ao recurso.

1.2.- Em 14/04/83 a interessada solicitou a este Colegiado reconsideração do Parecer 381/83, pleiteando exames especiais a aluna em epígrafe.

O Conselho Estadual de Educação pelo Parecer 865/83 acolheu a solícitação da aluna autorizando que a mesma prestasse exames especiais a nível de 3ª série do 2º Grau, da habilitação de Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas em escola a ser designada pela Secretaria de Estado da Educação.

1.3.- A 13ª D.E. indicou o próprio Colégio das Bandeiras para realização dos exames especiais, quando já conhecia manifestação da escola contrária às pretensões da aluna.

1.4.- O Colégio das Bandeiras insurgiu-se contra a Deliberação do Conselho Estadual de Educação sob a alegação de que a aluna tenha atividades escolares a cumprir, para integralização da carga horária currículo e, ainda que a aluna está em defeito com a Tesouraria da escola.

1.5.- A 13ª D.E e as demais autoridades se conformaram com a recusa da escola e apelam ao Conselho Estadual da Educação

2. APRECIÇÃO:

Sem entrar na análise das procrastinações que fizeram a solução solicitada em 21/09/81 ser indeferida em 30/06/82, temos que considerar que o Conselho Estadual de Educação DELIBEROU SOBERANAMEN-

TE autorizar a aluna a prestar exames especiais de 3ª do 2º Grau:

E inadmissível que não se faça cumprir Deliberação do Conselho Estadual de Educação por simples manifestação de uma escola, em detrimento da continuação dos estudos da aluna interessada.

É dever da autoridade escolar dar cumprimento às determinações do órgão deliberativo do sistema por si, quando possível, ou recorrendo às autoridades regaionais e centrais ela administração, quando necessário.

3. CONCLUSÃO:

Em face do exposto, encaminhe-se o expediente ao Senhor Secretário da Educação para que providências sejam tomadas no sentido de fazer-se cumprir o Parecer CEE 865/83, em escola da rede oficial ou em outra escola não envolvida no caso.

CESG, aos 07 de outubro de 1984

a)CONSº LUIZ ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO
Relatar

4 - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: César Augusto Teixeira de Carvalho, Heitor Jorge dos Santos, Pe. Lionel Corbeil, Luiz Roberto da Silveira Castro, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, aos 07 de outubro de 1984

a) CONSº Pe. LIONEL CORBEIL
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 07 de novembro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE